

Trabalho Infantil



Luta contra

A

A FACE VISÍVEL OS explorados



JULIANA, UMA GAROTA DE 9 ANOS, É COBRADORA DE LOTÇÃO. Seu pai é o motorista e o patrão. Esmagada entre os passageiros, Juliana se esforça toda vez que tem que levantar e gritar o itinerário: "Shopping Continental, Corifeu, terminal Vila Yara. Aceita passe, quem vai?"

- Pode ir, pai.

Os olhos mal alcançam a janela da Kombi. Para abrir a porta, Juliana joga todo o peso do corpo. Na semana anterior poderia ter morrido: com o carro a 80 km/h a porta abriu. Uma passageira a agarrou e, com medo de que a menina caísse, gritou ao motorista. Assustada, Juliana começou a chorar. O pai a reprimiu e, engolindo o choro, a garota continuou o trabalho. Aos 9 anos de idade, Juliana trabalha como gente grande.

Trabalho infantil é todo e qualquer trabalho realizado por crianças e adolescentes menores de 14 anos, para garantir o sustento da família. O primeiro diagnóstico nacional realizado pelo Ministério do Trabalho, em 1995, detectou a mão de obra infantil em 75 setores da atividade econômica. Embora conhecido, o trabalho de crianças é tolerado pelo governo e pela sociedade.

Segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, as principais causas desse problema, no Brasil e no mundo, são a alta concentração de renda, ausência de política educacional de atendimento integral, ineficiência de fiscalização por parte do Estado e da sociedade, precarização das relações de trabalho e, principalmente, a idéia de que o trabalho pode livrar crianças da marginalidade.

Em 1990, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente que, aliado ao Fundo das Nações Unidas pela Infância - Unicef - mudou a concepção da sociedade diante do trabalho infantil e incluiu definitivamente este tema na agenda de problemas sociais.

De acordo com a pesquisa nacional por amostra de domicílios - Pnad - realizada pelo IBGE em 1997, trabalham no Brasil 2.557.588 crianças de 5 a 14 anos. Nas regiões Sul e Sudeste, o trabalho infantil concentra-se nas grandes cidades. No dia a dia, praticamente não se nota que uma criança está atrás de um balcão ou cobrando as passagens na lotação.

Trabalho de gente grande - David, de 5 anos, perambula com outros amigos pela Avenida Paulista com uma caixa de madeira nas costas, procurando engraxar sapatos de executivos por um real. "Não fico sempre aqui porque às vezes os policiais descobrem e batem na gente. De vez em quando não vou pra escola, aí dá pra trabalhar mais".

A professora Maria de Lourdes Trassi Teixeira é psicóloga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP - e trabalha com estudos sobre crianças e adolescentes em situação de risco, além de supervisionar estágios de seus alunos na Febem, pres-

dios, centros de juventude e casas de abrigo a crianças vitimadas. "Uma criança que tenha trabalhado 9, 10 horas com um adulto está exausta porque o corpo não está preparado para o trabalho. Psicologicamente, ela também está abalada pois trabalhou numa condição de submissão, de violência. Ela não frequenta a escola porque está muito cansada. Se ela não dorme, não consegue se concentrar e ter aquela prontidão que a situação de aprendizagem exige. É a questão da atenção, da concentração, enfim, uma situação minimamente confortável do ponto de vista do bem estar físico, para que ela possa aprender", diz Maria de Lourdes.

Segundo a psicóloga, a exploração do trabalho infantil prejudica o desenvolvimento da criança, podendo ser agravado quando lhe é apresentada a dicotomia trabalho-escola. "A criança está privada da escola não por opção, mas porque ela não dá conta. É preciso corrigir essa idéia romântica que a criança trabalha um pouquinho e brinca um pouquinho. Ela trabalha como gente grande", afirma.

Burlando a fiscalização - É vantajoso para um empregador dar trabalho a crianças. Normalmente elas são espertas, perspicazes, aceitam regras sem questiona-

mento e não reivindicam seus direitos empregatícios. "Eu tenho um cobrador de 11 anos que faz o trabalho melhor que muito marmenjo", garante um motorista de lotação. "Criança dá menos problema pois não esconde passes nos bolsos e não denuncia quando está insatisfeita".

Um excelente negócio para qualquer empresário que consegue, sem grandes problemas, burlar a fiscalização.

A legislação brasileira - de acordo com a emenda Constitucional número 20, aprovada em 16 de dezembro de 1998 - proíbe o trabalho a menores de 16 anos. No entanto, a lei permite o trabalho a partir dos 14 anos de idade, desde que na condição de aprendiz, ou seja, praticando um curso profissionalizante num ambiente legalmente adequado. Aos adolescentes de 16 a 18 é proibida a realização de trabalhos em atividades insalubres, perigosas ou penosas, trabalho noturno, que envolvam cargas pesadas, jornadas longas e trabalhos em locais ou serviços que prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social. É claro que essas normas não são burladas com frequência.

Segundo Maria Olívia Alves de Azevedo Silva, juíza da Vara da Infância e da Juventude do Fórum de Santo Amaro, quando denúncias de trabalho infantil chegam à justiça, os estabelecimentos são

autuados conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. "As denúncias sobre trabalho infantil 'preocupante' não são frequentes. Eu, pelo menos, há um ano que estou aqui, nunca recebi denúncias desse tipo. Nem sobre lotações, nem lixão, nem de crianças que trabalham em locais insalubres por exemplo, eu não tenho notícia", afirma a juíza.

Crianças no batente - Além da falta de denúncias por negligência da sociedade, o principal problema que a luta contra o trabalho infantil enfrenta é quando as crianças passam a acreditar que trabalhar vale a pena. Geralmente são crianças carentes, que não podem esperar dos pais brinquedos ou roupas extras. Com menos de 14 anos, muitas assumem a responsabilidade de que seu trabalho é fundamental não apenas para realizações pessoais mas também para a renda da família.

Muito falante, gritando a todo momento os produtos em promoção, Elivan da Silva Pereira, com apenas 13 anos, é vendedor ambulante de calçados há um ano. "Eu queria o meu dinheiro", diz. Ele mora com os pais, está na 6ª série e no futuro pretende ser comerciante, pois afirma já estar habituado com essa vida. No final do mês entrega mais da metade de seu salário para a mãe. "Minha família gosta muito que eu trabalhe. Pelo menos eu não fico na rua aprendendo o que não devo".

Este também é o caso de Kelly Cristina Jacinto da Silva, 10 anos, que passa os finais de semana em frente ao metrô Santana vendendo bolsas e toalhas. "Eu ajudo a minha mãe. Comecei a trabalhar porque queria e não por obrigação", diz Kelly. Ela estuda pela manhã em uma escola pública e está na 2ª série. "Quando

Uma criança que tenha trabalhado 9, 10 horas como um adulto está exausta porque o corpo não está preparado para o trabalho.

Roubar, mais saudável

Em 88% das cidades brasileiras, o lixo é jogado em lugares abertos, tornando-se meio de subsistência para milhares de pessoas. De acordo com dados da UNICEF, cerca de 50 mil crianças estão envolvidas nesse trabalho. Muitas vezes acompanhadas dos pais, costumam iniciar essa atividade aos cinco anos de idade morando dentro ou nas proximidades dos lixões.

Sobre esse tipo de trabalho infantil, a psicóloga Maria de Lourdes Trassi Teixeira afirma que a saúde física e psicológica das crianças são degradadas mais diretamente, pois trabalham com o "lixo da sociedade". "As pessoas olham isso de um modo muito omissivo, conivente, porque volta e meia pensam: É melhor que ela esteja aí recolhendo plástico pra vender do que roubando na rua. Do ponto de vista da dignidade humana, ela estaria mais íntegra se ela estivesse roubando do que trabalhando em lixões".

A UNICEF lançou em junho deste ano a Campanha "Criança no Lixo Nunca Mais", que pretende erradicar o trabalho infantil nos lixões até 2002. Além da Unicef, outras 25 instituições do Fórum Nacional Lixo e Cidadania estão engajadas nessa luta. Pretende-se oferecer alternativas sociais para que nenhuma criança tenha que sobreviver da catação do lixo e para que os adultos possam fazer o trabalho de forma digna e em condições favoráveis. As crianças, ao revirarem os lixos em busca de alimento, objetos de valor ou recicláveis, correm sérios riscos de saúde. Elas se contam, ficam doentes e são vítimas de radiação.

Esse trabalho é muito mais complexo do que se possa imaginar, explica Eliana Kátia Campos, que trabalha na sede da UNICEF em Brasília. "As crianças têm que ser reabilitadas para o convívio, para não serem rejeitadas na escola, por estarem

suas ou não possuírem educação". Ela ainda afirma que alguns municípios com poucos recursos conseguem erradicar o trabalho infantil - "depende de vontade política".

Segundo Eliana, a principal ajuda da UNICEF é a mobilização e não o auxílio financeiro como muitos pensam. "Não somos um banco! Nos alertamos sobre o problema para produzir um estado de indignação social".

Outra forma do cidadão comum lutar contra o trabalho infantil seria descobrir quais são as empresas que empregam crianças e, além de denunciar, boicotar todos os produtos. As denúncias a respeito do trabalho infantil podem ser feitas nas Delegacias Regionais do Trabalho, no Ministério Público, nos Conselhos Tutelares ou nos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil. Não custa nada. Julianas, Kellys e Davis agradecem. É muito



Crianças no farol

O Estado só finge que quer tirá-las da rua

por Tatiana Barbosa
e Luciane Rodrigues

MANHÃ DE SÁBADO. ATRASADA, MÁRCIA veste sua calça jeans e o tênis branco de sempre. Seu despertador havia quebrado e, naquele dia, não tinha ninguém para acordá-la. A menina deveria estar na frente da casa de seu primo às 7 h em ponto. Saiu aos tropeços, sem ao menos tomar um copo de leite. Ela estava ansiosa pois hoje seria um dia especial. Júnior já a esperava no portão. Os dois deveriam sair do conjunto da COHAB do Barro Branco e tomar um ônibus para a Avenida Paulista. A viagem seria longa, duas horas.

Chegando lá, os dois sentam-se na beira da calçada. O farol fecha. Márcia, 10 anos, pega então os drops de morango e começa seu primeiro dia de trabalho. Ela terá de vencer sua timidez para ajudar a mãe desempregada a conseguir algum dinheiro, seguindo o exemplo do primo, José Luiz do Santos Filho, 13 anos, o Júnior, que há dois anos vende balas nos faróis da Paulista. "Aqui é onde tem o dinheiro; por isso, a gente vem para cá. Perto da minha casa, ninguém tem dinheiro para comprar bala."

Com as vendas, o garoto consegue tirar R\$ 30 por dia, que são entregues para o pai. Uma parte é economizada mês a mês para a compra de um video game no final do ano. Já Márcia não pode sonhar com brinquedos ou roupas. O dinheiro ganho será todo usado na compra de comida e remédios para o irmãozinho de 10 meses internado no hospital. "Tudo o que eu posso fazer para ajudar a minha mãe e o meu irmão, eu faço", afirma.

A exemplo de Márcia, nada menos de 3.500 crianças encontram nos faróis de São Paulo um meio de sobrevivência, segundo dados do SOS Criança. Por meio do projeto "Farol não é casa", procura-se amenizar o problema. É difícil. Assistentes sociais tentam convencer os menores a deixarem as ruas. "Uma criança que ganha R\$ 40 por dia não vai querer largar para ir estudar", afirma Marco Lucchesi, chefe do departamento de comunicação.

Sem ajuda, não – No SOS, a criança é alfabetizada ou encaminhada para escolas da rede estadual e cursos profissionalizantes. Quando não tem onde morar, é levada para abrigos do governo. Porém, o alcance do projeto é mínimo. Sem receber nenhum tipo de ajuda econômica, como uma bolsa auxílio, poucos decidem participar. Também não



depende só da vontade da própria criança, e sim da dos pais. "Eu tenho sorte, meu pai não me obriga a trabalhar. Muitos amigos meus têm que levar uma quantia para casa, senão apanham", conta Júnior. Além da violência dos pais, os meninos ainda estão sujeitos aos perigos das ruas. O envolvimento com o crime é o maior deles. "A chance do menor se transformar em usuário de drogas e depois traficante é enorme. Quando as pessoas dão dinheiro a eles, não pensam no que acontecerá no futuro", explica Lucchesi.

Medo e preconceito – Drogas, extermínios, exploração pelos pais. Riscos que sempre existem. Flanelinhas, pedintes e vendedores de bala são encarados pelos motoristas como pequenos marginais, num misto de medo e preconceito. Não há distinção entre o "trombadinha em potencial" e o garoto que precisa trabalhar para ajudar a família. Júnior conhece muito bem essa realidade. Alguns dias atrás, um amigo que também vendia balas foi assassinado na

alameda Pamplona. "O cara abriu o vidro de seu carro importado e deu dois tiros no rosto dele. Pobre está exposto a tudo e a todos", conta com raiva. A convivência com a brutalidade e o perigo cria a desconfiança.

Perto dali, no cruzamento da Paulista com a rua Joaquim Eugênio de Lima, alguns garotos limpam os vidros dos carros, atentos a qualquer movimento diferente. "Cuidado que estão tirando fotos lá na frente", um deles alerta Júnior. O menino explica que seus colegas temem represálias de estranhos. "Eles acham que vão nos pegar e levar para a Febem."

Ronda mortal – Também existe o medo da própria polícia. "Eles matam quem não deveria morrer", fala Júnior com a revolta de alguém que já viveu de perto uma injustiça. No dia em que completava 19 anos, seu irmão foi baleado por policiais, no portão da casa de sua mãe, em Taboão da Serra. "Ele estava com uns amigos que fumavam maconha, quando os PMs apareceram. Todos fugiram

e ele ficou, porque não tinha nada a dever para ninguém. Morreu."

Apesar de tudo, Júnior e sua prima desejam um futuro diferente. Ao contrário da maioria das crianças da mesma idade, que querem ser artistas ou jogadores de futebol, os dois querem mesmo é estudar. "Não posso repetir no colégio de jeito nenhum. Quero fazer a 5ª, a 6ª, o colegial, tudo. Quero estudar para poder ter as coisas", afirma Márcia. Já o primo tem um sonho: ser engenheiro civil. "Eu nem sei desenhar, mas queria poder construir algo, ser útil, ver um negócio com meu nome embaixo, tipo 'fui eu quem fiz'", diz. Para isso se concretizar, já começou a fazer um curso de computação, presente de um empresário com quem fez amizade no farol. Como ele explica, raramente os motoristas não são agressivos ou indiferentes. Mas alguns realmente querem ajudar.

Mas qual seria a melhor maneira de fazer isso? Há quem ache que dar esmolas, comprar balas, são formas de aliviar temporariamente a própria consciência. Quando o farol abre, o problema fica para trás.





Mariangela Belfiore Wanderley e Marta Silva Campos

*As professoras do Pós em Serviço Social
falam sobre as barreiras enfrentadas para
a erradicação do trabalho infantil no país*



OP *É da nossa cultura a crença de que às crianças pobres só resta a rua ou o trabalho?*

Marta Sim, as próprias mães dizem preferir ver seus filhos trabalhando a vê-los expostos aos perigos da rua. Outros, receosos do perigo que as crianças e adolescen-

tes possam representar na rua, na medida em que são envolvidos em teias de violência, também defendem o trabalho como melhor alternativa. Essas chamadas 'crenças culturais' naturalmente refletem as oportunidades reais que temos para a infância e juventude no tocante ao acesso a oportunidades educacionais, a serviços

sociais em geral e à renda das mais concentradas no mundo. O curioso é que os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) revelam que 95% das crianças em idade escolar estão matriculadas em escolas, o que demonstra que, na verdade, o que essas mães queriam era que os seus filhos estivessem estudando e não trabalhando. Mas a dura realidade da qualidade ruim do ensino público e da necessidade de levar dinheiro para casa faz com que muitas crianças não frequentem as aulas.

Mariangela Esta questão nos remete necessariamente a considerar as condições de vida de grande parcela de nossa população: a inadequação das condições de habitação, a ausência de alternativas de lazer e a inadequação da escola para acolher crianças com determinadas características e carências, que se acumulam de geração em geração, são alguns dos problemas que precisam ser

equacionados tanto pelas políticas públicas governamentais como pela sociedade em geral.

OP *Por que a criança trabalha? É uma questão puramente econômica?*

Marta Basicamente econômica, sustentada pela crença generalizada no valor nobilitante do trabalho para a criança, num processo a que costume chamar, utilizando a expressão de Pierre Bourdieu, de "fazer da necessidade virtude". Portanto, o trabalho infantil conta com a cumplicidade geral da sociedade. É correto dizer que ele é, em geral, visto como uma solução, não um problema.

OP *Em um país pobre como o Brasil, onde a renda familiar muitas vezes é complementada com o trabalho infantil, como sensibilizar a sociedade e a família, que precisa daquele dinheiro, contra a prática?*

Marta A sensibilização da população com relação ao trabalho infantil é hoje muito maior, fruto do próprio movimento. Muitos interesses favorecem essa mobilização: a compreensão da imprescindibilidade da educação, a concorrência entre os produtores quanto ao custo da mão-de-obra, a necessidade de postos de trabalho para todos, entre outros. É fundamental, entretanto, que seja sempre prevista a reposição da perda de renda que a família terá com a retirada da criança da produção, o que vem sendo feito, a curto prazo, com a concessão da bolsa-educação. A médio e longo prazos, medidas gerais

De acordo com o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de crianças que trabalham, na faixa dos 10 aos 14 anos, diminuiu, de 1993 a 1998, de 3,4 milhões para 2,5 milhões; já entre as que têm de 5 a 9 anos, o número caiu de 526 mil para 402 mil.

Apesar da nítida redução, os números ainda são escandalosos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, a atividade que mais concentra mão-de-obra infantil é a agrícola (61,2%).

O Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP acompanha de perto a exploração de crianças como força de trabalho desde a década de 90. Coordenado pela professora Mariangela, o IEE foi responsável no ano passado pela avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, promovido pelo governo federal, denominado Trabalho Infantil - Desafio à Sociedade. "O trabalho infantil conta com a cumplicidade geral da sociedade. É correto dizer que ele é, em geral, visto como uma solução, não um problema", afirma a professora Marta, que coordenou a avaliação.

relativas à atividade econômica são indispensáveis: crédito acessível a pequenos e médios produtores, mudanças de política agrícola, reforma agrária e mecanismos sistemáticos de distribuição de renda, para citar alguns.

OP *Nas zonas rurais do país, famílias inteiras trabalham na lavoura, inclusive as crianças, muitas vezes por um costume de descendentes de imigrantes europeus. Como intervir numa tradição?*

Mariangela Esta é uma questão polêmica inclusive entre as diferentes organizações nacionais e internacionais que militam nessa área. Para muitos, o exercício de atividades pelas crianças, como uma forma de ajuda, junto às famílias, principalmente nas zonas rurais, representa uma forma de socialização, desde que não atrapalhe o desenvolvimento físico, psicológico e cultural das crianças. O difícil é saber quais são os limites que aí se impõem necessariamente.

OP *Qualquer tipo de trabalho infantil deve ser erradicado?*

Marta Essa questão sempre suscita debate. Acreditam alguns que o trabalho da criança pode algumas vezes ser visto positivamente para sua formação e socialização, contribuindo especialmente para a estruturação de hábitos e qualidades morais do trabalhador, e para a valorização da criança no ambiente familiar. A extensão e as características do trabalho infantil encontrado no Brasil, de acordo com o mapeamento dos seus principais focos feito pelo Ministério do Trabalho desde 1996, demonstram, entretanto, que pouca preparação técnica pode vir das atividades laborais desenvolvidas pelas crianças. As atividades de caráter repetitivo contribuem mais para a perpetuação, através de gerações, de ocupações não qualificadas e as condições de trabalho



(jornadas estafantes, baixos salários, pouca ou nenhuma proteção social, ganho pequeno) tendem a modelar um trabalhador conformado com a exploração.

Q Recentemente, o Brasil conheceu a história do garoto Vinicius de Oliveira, que era engraxate e virou astro nacional ao ser descoberto pelo diretor Walter Salles e 'estrelado' o filme *Central do Brasil*. A idéia que se vende é a de que ele teve sua vida transformada, como num conto de fadas. As agências de modelo também vivem lotadas de pais querendo que seus filhos se tornem 'famosos'. Como medir se o trabalho é saudável ou prejudicial à criança?

Marta Tendemos a ver com simpatia esses pouquíssimos 'contos de fada' que podem ser vividos pela infância pobre, assim como tradicionalmente admiramos a habilidade dos 'meninos-prodígio' nas diversas artes. Ao mesmo tempo, a mídia enfatiza a 'saída' rápida e fácil da pobreza e do anonimato que eles representam. Não é de se admirar, portanto, que os pais desejem essas oportunidades para toda a família. Além de raros – e freqüentemente efêmeros – esses casos de profissionalização das crianças nesse tipo de ocupação ainda não contam com uma avaliação confiável de suas vantagens alternativas, em relação às formas mais comuns de desenvolvimento psicológico e social.

Q No ano passado, o IEE realizou a análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, desenvolvido pelo governo federal. Afinal, as políticas públicas nessa área têm sido satisfatórias?

Marta Seria exagero afirmar que o PETI está atualmente satisfazendo todas as necessidades do país quanto ao problema. A análise feita por nós, entretanto, mostrou que o desenho geral do programa é bastante adequado para enfrentá-lo, respeitando especialmente o conjunto de fatores determinantes da situação. Assim, articulam-se ações educacionais, de geração de renda, de apoio às famílias, entre outras, não se resumindo à retirada de crianças do trabalho. Esta positividade apontada vem também do fato de o Programa não se caracterizar unicamente como ação do governo federal, nem de qualquer outro nível estatal. Ela é resultante da gestão articulada de várias e diferenciadas organizações estatais e não-governamentais, de fins e amplitudes diferentes, tais como universidades, sindicatos, conselhos de defesa de direitos. Há também a participação de entidades internacionais, como o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Ao governo federal, a partir da Secretaria de Estado da Assistência Social, cabe o financiamento das bolsas-escola, aspecto básico da intervenção.

Q Quais são as atuações do Instituto de Estudos Especiais no combate ao trabalho infantil?

Mariangela O IEE tem uma longa trajetória na reflexão da temática do trabalho de crianças e adolescentes. Poder-se-ia dizer que desde os primeiros anos da década de 90, exatamente a partir da época de intensificação das

iniciativas tomadas no país relativamente à prevenção e erradicação do trabalho infantil. O Caderno *Trabalho do Adolescente: mitos e dilemas*, publicado em parceria com o Unicef e a Fundacentro, já em 1994 apresentava uma primeira aproximação analítica sobre a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, reforçando a necessidade da formulação de políticas voltadas para a erradicação desta grave distorção social e de apoio ao desenvolvimento de adolescentes. É um trabalho que pode ser considerado como pioneiro. A partir de então, o conhecimento que acumulou nesse tema tem lhe permitido a realização de consultoria direta a orga-

nizações que desenvolvem programas na área, além da realização de palestras, seminários, mobilizações (como os eventos realizados na Universidade, por ocasião da *Marcha Global Contra o Trabalho Infantil*, em 1998) e publicações, visando a divulgação e a formação de pessoas envolvidas em projetos e ações.

Q Algumas empresas, como a Shell, já não aceitam negociar com fornecedores que utilizem mão-de-obra infantil. Esse tipo de conscientização está ganhando espaço no Brasil?

Marta Ainda que lentamente, o setor empresarial vem se envolvendo em alguma medida de controle do trabalho infantil. O fato deste trabalho estar, em geral, vinculado à obtenção de matérias-primas importantes na produção de bens sofisticados e economicamente significativos no mercado internacional, proporcionando um faturamento nada desprezível, torna estratégica a colaboração das empresas responsáveis por essa produção especializada e pelo comércio internacional, no controle de setores produtores de matérias-primas, geralmente anacrônicos em termos de relações de trabalho e de tecnologias, de difícil fiscalização direta. É o caso, por exemplo, do álcool, que inclui em sua cadeia produtiva a cana-de-açúcar, e do aço, em relação ao carvão vegetal.

Q No final de 1999, o Congresso Nacional aprovou duas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

que tratam do trabalho infantil. Uma delas estipula 15 anos, como idade mínima para o jovem trabalhar. O que leva a crer que esta é a idade mais adequada?

Marta Na verdade, a escolha de uma idade mínima para trabalhar deve ser sempre considerada em relação às alternativas existentes, quanto ao desenvolvimento das crianças e adolescentes em cada sociedade. Neste sentido, a recomendação da OIT – de caráter amplo e respeitoso das condições econômicas e educacionais de cada país –, como convém às normas internacionais, se fundamenta na conveniência de o ingresso no mercado de trabalho ser permitido apenas no momento em que cessa a obrigatoriedade do aprendizado escolar (no caso do Brasil, corresponderia a oito anos de educação básica).

Q A outra convenção aprovada proíbe as 'piores formas de trabalho infantil'. Quais são elas?

Marta Ela refere-se mais especificamente, porém não exclusivamente, às formas de trabalho infantil ligadas às atividades ilegais, como por exemplo, as existentes na exploração da prostituição, do tráfico de drogas, do trabalho escravo, de alta nocividade. Haverá em Brasília, no início do mês de maio, uma reunião para a regulamentação de sua aplicação no Brasil. Espera-se grande participação, considerando a amplitude já adquirida no país pela ação contrária ao emprego massivo de mão-de-obra infantil nas atividades econômicas regulares.

Q Afinal, como garantir alternativas para a criança que trabalha?

Mariangela A erradicação do trabalho infantil supõe, cada vez mais, uma ação conjugada, destinada a alterar aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, determinantes da persistência da exploração da mão-de-obra infantil na sociedade brasileira.

Marta O fundamental é não isolar o movimento e os programas de prevenção e erradicação do trabalho infantil de todas as transformações econômicas e sociais necessárias ao Brasil hoje. Só se pode combater a 'funcionalidade' do trabalho infantil dentro de um modelo econômico brasileiro e de nossas instituições, como vimos falando aqui, adotando-se uma postura favorável à construção de uma sociedade, onde as aspirações de igualdade e liberdade possam tornar indesejável e impossível a exploração do trabalho infantil. **Q**

SÓBRO MAIS SOBRE O IEE

O Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP (IEE) foi criado em 1972, num momento de grande reflexão, em toda a América Latina, sobre o papel das universidades católicas. Naquele período, a Igreja fazia decidida opção pelos pobres e pela fé libertadora, o que exigia um conhecimento cada vez mais acurado da realidade do continente, e de cada país. Às universidades cabia o estudo e a análise científica dessa mesma realidade e a produção de pesquisas e projetos que pudessem subsidiar e mobilizar a sociedade na busca da democratização e especialmente do combate à miséria. O IEE é criado nesse cenário e sem ter ligação direta com nenhuma unidade acadêmica, constituindo-se num espaço extra curricular e multidisciplinar.

Em 1990, já numa outra conjuntura, o Instituto

passou por uma reformulação em suas linhas de ação, voltando-se mais especialmente para as políticas sociais, mas sem perder seu perfil de multidisciplinaridade.

Atualmente, o IEE realiza reordenamento institucional de políticas sociais, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais, estratégias de combate à pobreza e gestão social de políticas e programas. No último ano, a produção do Instituto centrou-se mais especialmente nas atividades relacionadas ao monitoramento e à avaliação de políticas e programas sociais, como é o caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Quem tiver mais interesse na questão, pode participar da lista de discussão sobre trabalho infantil, disponível na Internet (<http://www.iee.pucsp.br>).

